

NEGÓCIOS

Jari Celulose negocia troca de dívida por ações

INSTITUTO	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	OESP
Data	14/12/96 Pg B7
Class.	APJRO110

Proposta foi apresentada à direção do BNDES, que já possui 20% do capital da empresa

MÔNICA MAGNAVITA

RIO — A Jari Celulose S.A. está negociando com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a BNDESPar a conversão da sua dívida de R\$ 70 milhões em ações. A BNDESPar já participa de 20% do capital da companhia, controlada pelos irmãos Guilherme e Mário Frering, netos do empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, falecido este ano.

A proposta foi apresentada à direção do BNDES há cerca de duas semanas e, caso aprovada, será o ponto de partida para um acordo de renegociação da dívida de R\$ 300 milhões com cerca de 20 bancos credores, entre eles o Banco do Brasil. A empresa acertou, recentemente, com o BNDES a suspensão dos pagamentos relativos a empréstimos no valor total de R\$ 180 milhões, entre setembro e dezembro de 1996, que somam R\$ 4 milhões.

Ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo suspendeu os negócios com as ações da empresa em razão da notícia de uma possível concordata branca. No fim da tarde, a Jari enviou comunicado desmentindo a informação e explicando que renegociava as dívidas.

A Jari luta para sair do vermelho e obter algum retorno dos US\$ 1,5 bilhão investidos nos últimos 30 anos em um projeto de celulose na selva amazônica. O BNDES tem demonstrado boa vontade em negociar, mas fez algumas exigências, entre as quais que os sócios da Jari entreguem a administração a uma empresa do setor de celulose. "O banco não abre mão que a Jari seja operada por

quem entende do negócio", diz um executivo envolvido no processo. Além disso, o BNDES só fecha o acordo se houver uma solução conjunta, envolvendo credores, sócios e eventuais novos investidores. As conversas, no entanto, ainda estão em fase preliminar. Tanto que Guilherme Frering, o presidente do grupo, só agora decidiu contratar um banco para assessorá-los nessa reestruturação. O escolhido foi o Banco BBA.

Trata-se de uma luta antiga do irmão, Mário, que, apesar de possuir 49,9% do capital votante, não tem voz ativa na empresa. Guilherme, dono de 49,9%, tem a seu lado o voto da Associação dos Dirigentes da Associação Azevedo Antunes, que tem 0,02% das ações ordinárias da Jari.

Conta pontos a favor da negociação com os bancos credores a disposição do BNDES, segundo o mesmo executivo, de injetar mais dinheiro na Jari. "Se o BNDES aderir à proposta, o acordo com as outras instituições certamente sairá", disse. Sem esse novo aporte de capital, a Jari di-

ficilmente conseguirá ganhar meios de andar com as próprias pernas e se tornar uma empresa rentável.

O grande problema da empresa é industrial. A Jari tem um custo elevado de energia elétrica, que vem de uma usina

termoelétrica a diesel. A direção pretende construir um hidrelétrica para tornar viável a operacionalização da companhia. Isso, porém, requer investimentos vultosos, só obtidos se o acordo com os credores for fechado.

O lucro obtido em 1994, de cerca de US\$ 6,2 milhões, foi um apenas contábil. Seus prejuízos acumulam R\$ 63 milhões. Em 95, nem mesmo a direção da Jari se arriscava a calcular o tempo necessário para recuperar o US\$ 1 bilhão enterrado na Amazônia desde os tempos em que o projeto nasceu, em 1968, pelas mãos do bilionário norte-americano Daniel Ludwig.

**NOTÍCIA DE
CONCORDATA
ASSUSTA
BOLSAS**